

# O amor como fundamento da ordem social em Santo Agostinho

Carlos Alberto Pinheiro Vieira<sup>1</sup>

## Resumo

O presente artigo discorre acerca do amor como fundamento da ordem social. Sobre isso, Santo Agostinho nos adverte a contemplarmos como elemento central na busca por um mundo melhor e mais justo, assim como a possibilidade de transformar a desordem numa ordem e da injustiça em justiça.

**Palavras-chave:** amor; desordem; ordem; injustiça; justiça

## Abstract

This article talks about love as the foundation of social order in which St. Augustine warns us to look upon as a central element in the quest for a better and fairer, as well as the possibility of making an order to disorder and injustice in justice.

**Key-words:** love; disorder; order; injustice; justice

## Introdução

Afirma Santo Agostinho que a pobreza é um dos males deste mundo, assim como a fome, a guerra e as mortes<sup>2</sup>. Assim como afirmou o nosso filósofo em seu tempo, podemos constatar que nada mudou, pois, ainda temos a fome, a guerra e as mortes em todo o nosso planeta. Portanto, entendemos ser o pensamento agostiniano de suma importância em nossa sociedade, na reflexão crítica diante do contexto

---

<sup>1</sup> Graduado em Filosofia - UNICAP. Mestrando em Ciências da Religião - UNICAP, sob a orientação do Prof. Dr. Degislano Nóbrega, Membro do Instituto Humanitas Unicap, Membro do corpo editorial da revista eletrônica dos alunos do Mestrado em Ciências da Religião da UNICAP, Paralellus ([www.unicap.br/paralellus](http://www.unicap.br/paralellus)). e-mail: [vieira@unicap.br](mailto:vieira@unicap.br)

<sup>2</sup> Cf. KELLER, Miguel A. Pobres y pobreza: aproximacion al pensamiento agustiniano em torno a um tema central em La teologia y la pastoral latinoamericana. In. San Agustín y la liberacion: reflexiones desde Latinoamericana. Lima: CETA/CEP, 1986, p. 146.

em que estamos inseridos, assim como os problemas sociais que vivenciamos, mais especificamente explorados pelos sistemas de dominação e exploração econômico-político-social, pelos quais uma pequena minoria, rica e poderosa, oprime e massacra, historicamente, uma grande maioria da população, pobre e oprimida<sup>3</sup>.

Entendemos, no que se refere à questão da Justiça Social, ser o amor (*charitas*) adotado por Santo Agostinho o fundamento ordenador para o problema da miséria humana, posto que, no pensamento agostiniano, a humanidade herdou o amor divino, sendo o ser - humano projetado para amar a Deus e ao seu semelhante.

Tentaremos, com o presente artigo, interpretar o pensamento e a espiritualidade agostiniana, guiados pelo primado do amor (*charitas*), como aporte para uma possível amenização do problema da miséria humana.

## 1 O amor (*charitas*)

O amor fraterno é o que nos faz amar uns aos outros. Este amor não somente vem de Deus, mas é Deus. Portanto, quando por amor amamos o próximo é por Deus que o amamos. É impossível que nós não amemos o próprio amor; pelo qual nós amamos os irmãos. Porque Deus é amor, necessariamente quem ama a Deus, ama seu irmão (*De Trin.*, VIII, 12; IX, 10).

O cerne da filosofia do amor em Santo Agostinho está diretamente relacionado com o projeto de Deus para o homem, pois, para o Santo Doutor, o amor faz parte da essência humana, o homem é obra da criação Divina e a essência divina é amor, o que leva ao comentador Marcos Costa a dizer:

o amor está na própria natureza humana. Trata-se de um apetite natural, pressuposto pela vontade livre,

---

<sup>3</sup> Cf. COSTA, Marcos. Crítica à retórica como instrumento de dominação na doutrina ético-político-social de Santo Agostinho Revista Symposium. Recife, Ano 10, N 1, Janeiro-Junho/2006 p. 80.

que deve, iluminada pela luz natural da razão, orientá-lo finalmente para Deus. O amor é, pois, uma atividade decorrente do próprio ser humano. Onde se deduz que, tendo-se no fundo do coração a raiz do amor, dessa raiz não pode sair senão o bem, o que resulta na tão citada máxima agostiniana: “ama e faze tudo o que queres” (COSTA, 2002, p. 296-297).

Daí diz o próprio Agostinho no *Sobre a Doutrina Cristã*:

vive justa e santamente quem é perfeito avaliador das coisas. E quem as estima exatamente mantém amor ordenado. Dessa maneira, não ama o que não é digno de amor, nem deixa de amar o que merece ser amado. Nem dá primazia no amor àquilo que deve ser menos amado, nem ama com igual intensidade o que deve amar menos ou mais, nem ama menos ou mais o que convém amar de forma idêntica (De doc. christ., I, 27, 28)

Seria uma insensatez querer apartar o homem do amor. Se há um problema, este não diz respeito ao amor como tal, nem à necessidade de amar, mas unicamente ao objeto do amor.

Tomemos, pois, o amor como parâmetro na hierarquia de valores das coisas a serem amadas: “o amor, que faz com que a gente ame bem o que deve amar, deve ser amado também com ordem; assim, existirá em nós a virtude que traz consigo o bem viver” (*De civ. Dei*, XV, 22).

Para Agostinho, a verdadeira felicidade tem origem no amor, o homem feliz possui amor em seu coração, estando a sua raiz em Deus. Portanto, cabe ao homem amar a Deus acima de todas as coisas, residindo aí o verdadeiro amor, que faz do homem um ser justo e feliz. O amor é fundamento maior para o homem se valer do livre arbítrio em seu sentido moral.

A tônica das filosofias moral e social de Agostinho não está, pois, no amor em si mesmo, nem na necessidade de amar, que ele considera como inseparável do ser humano, mas, unicamente, na escolha do objeto a ser amado. Dessa maneira, vemos que o problema da

relação entre liberdade, escolha e bem, está na escolha correta das coisas a serem amadas pelo homem.

*Disso decorre que “devemos gozar unicamente das coisas que são bens imutáveis e eternos. Das outras coisas devemos usar para poder conseguir o gozo daquelas” (De doc. christ. I, 22, 20), ou seja,*

das coisas temporais devemos fazer uso, não gozar, para merecermos gozar das eternas. Não como os perversos, que querem gozar do dinheiro e usar de Deus, porque não gastam o dinheiro por amor a Deus, mas prestam culto a Deus por causa do dinheiro (*De civ. Dei, XI, 25*).

Significa dizer que ninguém deve amar-se por si próprio, mas por aquele de quem há de gozar, visto que somente Deus é o bem que torna feliz a criatura racional. Quando, ao contrário, a alma humana envereda pelo caminho decadente do mal, ou seja, “indo por assim dizer, a seu próprio encontro, ela se compraz em si mesma, como por uma espécie de arremedo perverso de Deus, até pretender encontrar o seu gozo na própria independência” (*De lib. arb. III, 25, 75*), aí nasce o pecado, que Agostinho chama de soberba ou orgulho (Cf. COSTA, 2002, p. 299).

Em textos que lembram I Coríntios 13 e também a primeira epístola de São João, Agostinho diz que “o amor é a própria essência do homem, e por isso ele não encontra repouso enquanto não encontrar o seu lugar” (BOEHNER; GILSON, 2004, p. 164-168).

Segundo Pinheiro (2008),

O problema central da moralidade é, portanto, para Agostinho (e aqui ele traduz toda a tradição cristã), o da reta escolha das coisas a serem amadas. O amor consiste, principalmente, num peso interior, que atrai o homem para Deus. Amar sinceramente o outro significa amá-lo como a nós próprios, o que só é possível num plano de igualdade: quer elevando-o ao nosso nível, quer elevando-nos ao plano da pessoa amada. Entre o amor a Deus e o amor ao homem há

um elemento comum: o amor ao bem. Portanto, o amor sempre terá por objeto o ser e o bem. É justo que amemos o próximo como a nós próprios, pois, enquanto bem ele se encontra no nosso nível [...]. Assim, segundo a tradição apostólica e cristã, tomada por Agostinho, para entrar na plena posse do bem perfeito é necessário que o homem abdique de si próprio. Essa entrega plena a Deus, que assegura a posse de seu objeto, é o amor. O amor não é apenas o coração da moralidade, é a própria vida moral. O começo do amor é o começo da justiça, o progresso no amor é o progresso da justiça, a perfeição do amor é a perfeição da justiça. Dominado pelo amor, o homem cumpre cabalmente a lei divina.

Portanto, “a força motriz para a realização da ordem moral é o amor, que remata na caridade. Sua força orientadora é a vontade, que culmina na liberdade. Sua consumação é a ordem da caridade” (GILSON, 2004, p. 188).

Segundo Gilson (2004, p. 191), “A caridade não é apenas o coração da moralidade; ela é a própria vida moral. O começo do amor é o começo da justiça, o progresso do amor é o progresso na justiça, a perfeição do amor é a perfeição da justiça”.

A caridade no pensamento agostiniano está enraizada no amor como princípio de socialização do indivíduo com a sociedade, é um lançar-se para uma espiritualidade de libertação, no qual, a pobreza e a miséria já não cabem mais ser pensada, habitando toda humanidade o mesmo plano de igualdade.

## **2 O cerne da moral agostiniana: o mau uso da liberdade como distanciamento da verdadeira caridade**

Para Santo Agostinho, a ética consiste na adequação do amor enquanto referência a Deus como fonte, fim, felicidade e sumo Bem do ser humano, fazendo uma crítica à desordem do amor em relação aos bens desejados<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Cf. PINHEIRO, Luis Antônio. O compromisso ético-político em Santo Agostinho. In: VV.AA. Oração e compromisso em Santo Agostinho. São Paulo: Fabra, 1996. p. 156-157.

O problema moral foi algo que sempre incomodou Santo Agostinho, tornando-o um buscador inquieto da verdade, em toda a sua vida buscou um sentido moral para a sua existência, inquietou-se na busca por respostas para o problema que tanto o afligia, como o problema da miséria humana. Foi, através das leituras de São Paulo e dos contactos com Ambrósio, Bispo de Milão, que o convenceram de que a verdade não estava nos livros dos filósofos, mas no Evangelho de Jesus Cristo (Cf. MONDIN, 2002, v. 1, p. 136).

Afirma Agostinho, nas *Confissões* (Cf. X, 13), que procurou o que era a maldade e não encontrou uma substância, mas, sim, uma perversão da vontade desviada da substância suprema.

Já no livro I do *Livre Arbítrio*, Ele afirma que “Fazemos (o mal) por livre-arbítrio da vontade” (*De lib. arb.* I, 16, 35). Com isso chega à conclusão de que a única causa do mal é o pecado, fruto da má vontade do homem, de forma que o único mal que podemos chamar propriamente de mal é o mal moral ou ético (Cf. COSTA, 2002, p. 280-281).

Todo o problema do mal, para Agostinho, está diretamente ligado a sua antropologia, pois só existe o mal porque existe o homem, sendo esse homem o único Ser criado por Deus provido de razão, ou seja, o único capaz de escolher entre o bem e o mal.

Portanto, afirma Gilson (Cf. 2004, p. 153) que,

o mal é uma punição. A natureza decaída é, má na medida em que é viciada pelo pecado, mas é um bem enquanto natureza; exatamente ela é esse mesmo bem em que o mal existe e sem o qual não poderia existir.

Afirma Agostinho que a origem do mal está na paixão humana desordenada, dominando a razão, levando o homem ao pecado e, conseqüentemente, ao mal. O mal, por não possuir uma substância criada por Deus, só poderia ser o não-ser, a ausência do ser, ou seja, o homem, em seu livre-arbítrio, escolhe a negação do ser, sendo a negação do ser a vontade do homem em pecar.

O pecar para Agostinho distancia o homem da verdadeira felicidade, fazendo-o carregar o peso da infelicidade diante do seu

pecado: “nem o pecado nem os pecadores são necessários à perfeição, mas as almas enquanto são almas, enquanto são tais que, se querem pecam; e se pecam tornam-se infelizes” (*De lib. arb.* III, 13).

Para o Bispo de Hipona, o mal se instaurou como um abismo entre a humanidade e o seu Criador, que a conduz a uma condição de degradação, de corrupção, de imoralidade, pois, sendo a humanidade um projeto Divino, estes males jamais teriam alguma relação com Deus. No momento em que o homem se afastou do sumo bem, carregou em si o peso do sofrimento, tornando-se escravo de suas paixões.

A esse respeito diz Agostinho:

Eu pecava, porque em vez de procurar em Deus os prazeres, as grandezas, e as verdades, procurava-os nas suas criaturas: em mim e nos outros. Por isso me precipitava na dor, na confusão e no erro (*Conf.* I, 20).

...cada um, ao pecar, afasta-se das coisas divinas e realmente duráveis, para se apegar as coisas mutáveis e incertas... (*De lib. arb.* I, 35a).

Atualmente, a humanidade passa por um processo de mal-estar existencial, por uma crise moral decorrente do mau uso da liberdade, ocorrendo o que Agostinho chama de decadência moral ou pecado.

A doutrina agostiniana supõe a existência de uma ordem objetiva. O fim da moralidade é a manutenção da reta ordem, pois essa se identifica com a bondade objetiva, ao passo que o mal consiste na transgressão culposa dessa ordem. Portanto, a tarefa moral do homem resume-se na efetivação fiel da ordem das normas eternas.

Para Santo Agostinho, Deus habita na interioridade do homem, que o conduz ao bem supremo, pois o homem está ontologicamente conectado com o seu criador. Agostinho aprendeu com Ambrósio que, através do homem, poderíamos encontrar e nos aproximar de Deus, logo, o homem, no momento em que penetra em seu próprio interior, aprofunda-se em seu espírito, encontrando aspectos que lembram a imagem divina do qual é portador. Por isso, o desejo de Agostinho é de que o homem pergunte a si mesmo para compreender-se (Cf. SOUZA, 2001, p. 55-56).

O Bispo de Hipona, em sua predileção pela interioridade, foi acusado (injustamente) de descuidar da dimensão sociopolítica em sua reflexão ou, quando trata desse tema, de colaborar com uma visão integrista e reacionária do cristão na sociedade.<sup>5</sup>

Afirma Costa (2006, p.80)<sup>6</sup> que,

De fato, se isolarmos alguns pontos da doutrina agostiniana, podemos perfeitamente pintar um Agostinho monstruoso: dogmático, totalitário, determinista, apolítico etc., incompatível com uma visão moderno-progressista de Igreja, preocupada com a questão da Justiça Social.

### **3 Amor como princípio da ordem social**

A fim de justificar a maneira em que o homem individual chega a uma vida moral perfeita, importa atender a dois conceitos fundamentais de toda a filosofia agostiniana e, em particular, de toda a ética agostiniana. Trata-se dos conceitos do “uti” e do “frui”<sup>7</sup>.

Para o pensamento agostiniano, o amor constitui-se como o motor da ética, assim como o princípio agostiniano que diz: “*Ama e faze o que quiseres*”, movendo a alma para onde quer que se mova.

Assim, o princípio que ordena o homem para a caridade é o amor ao próximo, posto que o amor de Deus se identifica, então, com o autêntico amor de si mesmo. Quando isso não acontece, já não se trata mais do amor (*charitas*), mas do amor egoístico de si que se opõe ao amor gratuito de Deus<sup>8</sup>.

Segundo Gilson (2004, p. 193),

A vida moral se traduz, forçosamente, numa seqüência de atos individuais. Cada um deles implica uma tomada de posição face às coisas: ou usufruímos

---

<sup>5</sup> Cf. PINHEIRO, In: VV.AA, 1996. p. 115.

<sup>6</sup> Cf. COSTA, 2006, p. 80.

<sup>7</sup> Cf. GILSON, 2004, p. 193.

<sup>8</sup> Cf. PINHEIRO, In: VV.AA, 1996. p. 159-160.



delas ou delas utilizamos. “Fruir” significa afeiçoar-se a uma coisa por amor a ela mesma. “Usar”, ao contrário, é servir-se de algo para alcançar um objeto que se ama.

Assim como nos adverte Agostinho que “não se deve fruir senão de Deus”, o indivíduo que apenas usufrui um bem não tem o direito de dispor dele senão em vista de outro bem. Aquele que usa um bem dispõe plenamente dele, exerce verdadeiro domínio sobre ele; enfim, é senhor de tal bem. O cristão que faz uso de todas as coisas é livre em face de tudo. O mais alto grau de liberdade consiste em não estar sujeito senão a Deus. Eis a razão por que a verdadeira observância da lei é a liberdade nascida do amor<sup>9</sup>.

### **Considerações finais**

Agostinho nos aponta, através de uma proposta filosófico-teológico-cristã o amor Cristão como um remédio satisfatório ao problema da miséria no mundo, convidando-nos a contemplarmos a humanidade com os “olhos” de um Deus de amor e a promovermos uma revolução em nossa sociedade, “a revolução do amor”, tomando o critério de fruição divina como um bem para nos lançarmos ao mundo como chamadas do amor de Deus.

Assim como nos afirma Gilson (2004, p. 195),

a ordem social não é senão um prolongamento da ordem moral fundamental, ou seja, da reta ordem, do amor. A concepção agostiniana da moralidade ou da vida feliz é inseparável de sua doutrina social: a vida moral e a felicidade pressupõem uma vida em comunidade.

Podemos perceber a atualidade dos escritos de Agostinho, portanto, ele afirmava ser o mal a causa consumidora da humanidade, assim como a nossa, visto que, atualmente, a humanidade está

---

<sup>9</sup> Cf. GILSON, 2004, p. 195.

mergulhada em valores como vingança, ambição desmedida e inveja. Devemos contemplar a humanidade com os olhos do próprio Agostinho e conseqüentemente com os olhos de Deus e identificarmos que um dos problemas (para não dizer todos) está no próprio homem ao tornar-se antropocêntrico, carregando em si o peso da culpa e do pecado.

Tomemos portanto, o amor (*charitas*) adotado pelo pensamento agostiniano como parâmetro na hierarquia dos nossos valores, para fazermos valer o amor ao próximo como princípio de socialização, na possibilidade de transformar a desordem numa ordem e da injustiça em justiça, não havendo mais pobreza nem riqueza, nem judeus nem fariseus, nem gregos nem troianos, lembrando que, diante do amor cristão (*charitas*) adotado pelo Bispo de Hipona toda Humanidade habita o mesmo plano de igualdade.

## Referências

AGOSTINHO, Santo. **A cidade de Deus:** contra os pagãos. Tradução de Oscar Paes Leme. 3. ed Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1991. v. 1-2.

\_\_\_\_\_. **A doutrina cristã:** manual de exegese e formação cristã. Trad. e notas de Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulinas, 1991. 386 p.

\_\_\_\_\_. **A trindade.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. 726 p.

\_\_\_\_\_. **Confissões.** São Paulo: Nova Cultural, 1999. 416 p.

\_\_\_\_\_. **Diálogo sobre a ordem.** Lisboa: Imprensa Nacional, 2000.

\_\_\_\_\_. **O livre-arbítrio.** 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004. 296 p.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Étienne. **História da filosofia cristã:** desde as origens até Nicolau de Cusa . 9. ed. Trad. de Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 2004. 582 p.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O problema do mal na polêmica antimaniquêia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. 429 p.

\_\_\_\_\_. Crítica à retórica como instrumento de dominação na doutrina ético-político-social de Santo Agostinho **Revista Symposium**. Recife, Ano 10, N 1, Janeiro-Junho/2006.

MONDIN, Battista. **Curso de filosofia: os filósofos do ocidente**. 11. ed. São Paulo: Paulus, 2002. v. 1.

PINHEIRO, Jorge. **Agostinho de Tagasta [“Santo Agostinho”] O Peso do Amor**. Banco de dados. Disponível em: <[http://www.monergismo.com/textos/biografias/agostinho\\_peso\\_amor.htm](http://www.monergismo.com/textos/biografias/agostinho_peso_amor.htm)> Acesso em: 7 de Set. 2008.

PINHEIRO, Luis Antônio. O compromisso ético-político em Santo Agostinho. *In*: VV.AA. **Oração e compromisso em Santo Agostinho**. São Paulo: Fabra, 1996.

SILVA, Ivan de Oliveira. **Santo Agostinho: O problema do mal**. São Paulo: Ed. Pilares, 2008. 109 p.

VV.AA. **Oração e compromisso em Santo Agostinho**. São Paulo: Fabra, 1996, 206 p.

VV.AA. **San Agustín y la liberacion: reflexiones desde Latinoamericana**. Lima: CETA/CEP, 1986, 400 p.